

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16678 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 22 - Educação Especial

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERSPECTIVA INCLUSIVA E COMUNITARISTA?

Rejane Ramos Klein - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERSPECTIVA INCLUSIVA E COMUNITARISTA?

RESUMO:

Este texto constitui-se como recorte de uma pesquisa maior desenvolvida no período de 2021-2023. O objetivo deste enfoque é analisar qual perspectiva de inclusão está presente nos cinco cursos de Licenciatura em Educação do Campo ofertados em Universidades Federais do Estado do Rio Grande do Sul. A metodologia desenvolve-se a partir de inspirações em estudos Foucaultianos para realizar análise documental, identificando como o tema da inclusão aparece nos projetos pedagógicos dos cursos disponibilizados nos sites de quatro universidades federais. Como resultado, aponta-se que em três dos cursos analisados, há nas ementas saberes da área da educação especial e da educação inclusiva, mas ainda pouco articulados às discussões da Educação do campo, o que poderia apontar para uma perspectiva de Educação comunitarista. Conclui-se que há a necessidade de uma abordagem problematizadora, pautada em saberes filosóficos, sobre os temas da Educação Inclusiva nesses cursos de Licenciatura a fim de que possam formar professores com condições de lidar com as diferenças dos estudantes, considerando sua diversidade cultural, incluindo suas especificidades relativas às deficiências, porém compreendidas como potências para desenvolver práticas que promovam a aprendizagem de todos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar. Formação de professores. Educação do Campo. Ciências da Natureza.

Introdução

Analisa-se a perspectiva de inclusão que se encontra presente nos cinco cursos de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, ofertados em Universidades Federais do Estado do Rio Grande do Sul. Parte-se da hipótese de que pelo menos dois vieses da inclusão precisariam estar contemplados nesses cursos, uma vez que, por um lado, se percebe a necessidade de considerar os estudantes com deficiência dentro dos mais variados tipos de escolas que hoje são necessárias. Por outro lado, há a necessidade de trazer esse contexto dos estudantes como historicamente situados nesse arcabouço de exclusão, seja pelo território, ou seja, pelas relações de gênero, sexualidade, étnicas-raciais, geracionais, entre

outras.

Para tanto, identifica-se alguns enunciados que remetam a essas perspectivas de inclusão, buscando mapear nas ementas das disciplinas desses Cursos, considerando as imbricações com uma rede de poder, saber e verdade. Compreende-se a partir de Foucault (1995) que nem tudo seja ruim, mas tudo é perigoso, sendo que sempre teremos algo a fazer a partir de escolha ético-política, definindo o que devemos fazer a cada dia, qual o principal perigo a enfrentar. Nesse caso, seria a naturalização da inclusão a partir do entendimento restrito à Educação Inclusiva. Propõe-se uma compreensão que amplie esse entendimento, buscando a partir do conceito de in/exclusão de modo imbricado nas relações que constituem e posicionam os sujeitos escolares. Os processos de in/exclusão, consideram as políticas de inclusão, mas sabe-se que elas por si só não garantem práticas inclusivas. Esse entendimento pode ser aproximado à perspectiva de “Educação Comunitarista”, defendida por Bell Hooks (2017), na medida em que compreende determinados grupos de sujeitos a partir de seus territórios, de suas lutas, de suas diferentes formas de ser e de estar no mundo. Numa outra perspectiva, temos o acento na Educação Inclusiva sendo compreendida por saberes da Educação especial, centrados nas especificidades dos sujeitos, instituindo práticas e estratégias específicas para possibilitar a aprendizagem e a inclusão aos sujeitos com deficiência.

Para analisar desse modo, esse texto está organizado em três sessões, a saber: a primeira, apresentou aspectos mais gerais e introdutórios, utilizando alguns marcadores conceituais sobre as perspectivas de inclusão. Na segunda sessão, apresenta-se os caminhos metodológicos percorridos para mapear as ementas das disciplinas analisadas. E, na terceira sessão, discute-se as perspectivas de inclusão a partir de dois eixos: 1. A Educação Inclusiva e as especificidades dos estudantes com deficiência; 2. A Educação Comunitarista e as práticas de in/exclusão. Como considerações finais, aponta-se que os enunciados analisados aparecem ainda pouco articulados aos princípios da Educação do Campo, silenciando uma abordagem problematizadora, pautada em saberes filosóficos capazes de formar professores com condições de lidar com as diferenças dos estudantes.

Caminhos metodológicos

Apresenta-se no quadro abaixo os cursos e as ementas das disciplinas para identificar a perspectiva de inclusão presente a partir de uma análise documental, conforme Le Goff (2003), que entende os documentos como monumentos que se materializam em determinados contextos históricos, com suas lutas, embates e disputas por sentidos e significados.

Quadro 1: Instituições, siglas, Sites, disciplinas e ementas

N.	Instituição	Sigla/ano	Site	Disciplina sobre inclusão
1	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS (2019)	https://www.uffrs.edu.br/atos-normativos/ppc/ccieccner	Educação inclusiva: Processos de inclusão e exclusão escolar. Políticas e práticas para o atendimento educacional especializado do aluno com deficiência. Formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação as minorias historicamente excluídas.
2	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS/ FACED (2018)	https://www.ufrgs.br/liceducampofaced/projeto-pedagogico/	Educação Especial e Inclusão: Análise histórica da Educação Especial e das tendências atuais, no cenário internacional e nacional. Conceitos e paradigmas. Os sujeitos do processo educacional especial e inclusivo. A educação especial a partir do projeto político-pedagógico da educação inclusiva. Os alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica: questões de interdisciplinaridade, currículo, progressão e gestão escolar.
3		UFRGS/CLN (2019)	https://www.ufrgs.br/educampolitoral/?page_id=44	
4	Universidade Federal do Rio Grande	FURG (2018)	https://educacaodocampo.furg.br/o-curso	Não há disciplina específica

5	Universidade Federal do Pampa	UNI-PAMPA (2019)	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/projeto-politico-pedagogico-do-curso/	Fundamentos da Educação Especial para a Educação do Campo: Educação de pessoas com deficiência. Legislação e políticas públicas de Educação Especial. Interfaces entre as modalidades de Educação do campo e Educação Especial. Necessidades Educacionais Específicas e a Educação do Campo. Atendimento Educacional Especializado na Educação do Campo.
---	-------------------------------	------------------	---	--

2) ^[1]

As disciplinas sobre o tema da inclusão aparecem em quatro cursos analisados e seus títulos encontram-se associados em grande parte ao contexto da Educação Especial e Educação inclusiva e, em apenas um dos cursos, (UNIPAMPA,2019) menciona-se uma relação com a Educação do Campo de forma mais direta. Importa salientar, que no curso da FURG (2018) em que não há disciplina sobre o tema da inclusão não significa que tal temática não possa ser contemplada em outras disciplinas de modo mais transversal, contemplando a diversidade que prioriza os modos de vida dos povos do campo. Nesse momento, optou-se por centrar nessa materialidade da disciplina onde o tema estava presente de modo mais específico.

A seguir apresenta-se as perspectivas de inclusão identificadas nos cursos para analisar em que medida elas contribuem para o processo de formação docente e para a constituição de práticas inclusivas na escola.

3. Perspectivas de inclusão nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo

A perspectiva de Educação Inclusiva foi identificada por enunciados centrados na Educação Especial, no Atendimento Educacional Especializado, nas formas de organização desses saberes na escola, no Projeto Político Pedagógico, no currículo e na gestão escolar. Tais enunciados, observados nas três ementas dos dois cursos da UFRGS (2018 e 2019) e no Curso da UFFS (2019) indicam sua importância para promover uma formação que considera os estudantes a partir de demandas específicas, relacionadas às deficiências ou transtornos no

contexto escolar. O tema da inclusão, conforme Lopes & Fabris (2013), passou a ocupar status de imperativo de Estado, sendo uma potente estratégia para efetivar o ideal da universalização dos direitos individuais para todos.

Segundo Santos, Lockmann e Klein (2023) as políticas de inclusão escolar no Brasil, especialmente a partir da década 1990, assim como nas narrativas docentes que atuam junto ao público da Educação Especial em escola comum, afirmam que há deslocamentos entre os modelos da deficiência, fazendo com que a concepção de educação inclusiva transite, por vezes, tanto entre os modelos médico, quanto pelo modelo social e biopsicossocial da deficiência. Porém, as autoras destacam que “[...] ainda há um forte predomínio sobre o modelo médico, que segue ditando os padrões biológicos nos quais os sujeitos precisam estar inseridos para encontrarem-se dentro da zona de normalidade” (SANTOS; LOCKMANN; KLEIN, 2023, p.138). Fora desse modelo o que ocorre é um ajustamento das condutas, com ênfase aos diagnósticos clínicos que nomeiam esses sujeitos escolares, buscando ajustá-los à norma escolar e social.

Quando as ementas apontam para os saberes específicos da Educação Especial em sua articulação com a organização escolar, o que tem se destacado é muitas vezes uma busca por estratégias eficientes para o atendimento dos sujeitos considerados público alvo da inclusão, posicionando os mesmos em marcadores fixos que muitas vezes, menosprezam suas potências de aprender.

Já a perspectiva da Educação Comunitarista, percebida em uma das ementas, “Interfaces entre as modalidades de Educação do campo e Educação Especial” (UNIPAMPA, 2019), evidencia outros modos de existência dos sujeitos a partir da vida no campo, sob uma ótica sociocultural que não aparece de forma associada à inferioridade ou mesmo a um atraso da vida no meio rural. Caiado e Meletti (2011), apontam para essa interface a fim de atender às especificidades desses sujeitos no que se refere aos aspectos cognitivos de aprendizagem, mas também relativos às singularidades das diferentes culturas. Para tanto, exige-se um olhar para as práticas promovidas nas diferentes escolas, as quais mesmo incluindo, continuam promovendo exclusões. O termo criado para evidenciar essa compreensão é a *in/exclusão*. Essa expressão, criada para mostrar que muitos estão incluídos nas estatísticas em alguns espaços físicos, mas boa parcela dos indivíduos ainda sofre com as práticas de inclusão excludentes (LOPES & FABRIS, 2013).

As práticas de *in/exclusão* permitem a problematização do seu entorno, especialmente aquelas voltadas a atender a população do campo. A educação comunitarista pode subsidiar tais práticas, reconhecendo e valorizando a diversidade dos povos do campo, uma formação diferenciada de professores que problematize a forma como tais sujeitos são narrados. Além disso, essa perspectiva, deve fazer parte de um Projeto educativo que contemple “os valores, os princípios, as práticas e as culturas dos sujeitos do campo, assim como uma flexibilização de tempo-espaco na organização escolar[...]” (NOZU & BRUNO, 2021, p. 134). Os autores apontam que garantir que essas especificidades sejam visualizadas não significa tratar esses

sujeitos de modo estereotipado, não apenas flexibilizando ou ajustando o trabalho pedagógico, mas especialmente compreendendo as potencialidades desses sujeitos, de seus contextos social, histórico e político.

Destaca-se que essas duas visões, Educação Inclusiva e Educação Comunitarista não necessariamente são opostas, são antes marcadas por processos excludentes e poderiam se complementar. O objetivo dessa complementariedade é considerar as diferenças e a diversidade cultural dos estudantes como potências dentro da escola. Conforme Hocks(2017), demonstrar práticas pedagógicas engajadas na criação de uma nova linguagem a partir de outro olhar, pautado na problematização das relações de poder, saber e verdade, em que a política se torna um pré-requisito para reafirmar os movimentos de lutas e resistências.

4. Considerações finais

Sabe-se que as disciplinas voltadas ao tema da inclusão nos cursos de Licenciaturas, por si só não podem garantir uma formação inclusiva, porém elas subsidiam o trabalho pedagógico formativo dos profissionais docentes. Percebe-se que os enunciados sobre Educação Inclusiva e Educação Especial são pouco articulados aos princípios da Educação do Campo que primam por uma perspectiva mais cultural, considerando outros modos de vida. Portanto, há a necessidade de uma abordagem problematizadora, pautada também em saberes filosóficos, permitindo aos professores problematizarem seus entendimentos sobre os sujeitos. Assim, pode-se pensar filosoficamente, a partir de uma perspectiva ética, tal como propõe Pagni (2023) para lidar com as diferenças dos estudantes, não como um problema, mas como potência, considerando sua diversidade cultural, suas especificidades relativas às deficiências como desafiadora à escola normalizadora. A filosofia pode contribuir, permitindo ao professor deixar de agir por reflexo para agir com reflexão. Pagni (2023) remete a necessidade de produzirmos resistência a esse conformismo que tem nos impelido em vez de aceitar o inaceitável para suportar as condições de vida no presente.

REFERÊNCIAS

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, Edição Especial, p. 93-104, maio/ago, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000400008>

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In. H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica (p. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2003.

SANTOS, Nadine Silva dos; LOCKMANN, Kamila; KLEIN, Rejane Ramos. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 10, n. 2, p. 123-142, Jul.-Dez, 2023.

LOPES, Maura. FABRIS, Eli. (Org.). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Inclusão e produção da diferença em Escolas do campo. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 41, n. 114, p.131-143, Maio - Ago., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v41n114/1678-7110-ccedes-41-114-0131.pdf> Acesso em: 25 de agos. de 2022.

PAGNI, Pedro. Retratos Foucaultianos da deficiência e da ingovernabilidade na escola: do governo da diferença à outros paradigmas da inclusão. Marília: oficina universitária: São Paulo: cultura acadêmica, 2023.

[1] Os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) foram analisados no período de realização da pesquisa, entre 2020-2022.